



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS
COORDENAÇÃO DE COMPRA E REGISTRO

Termo de Referência Doc nº 0012341/2024 - SEMUS

São Luís - MA, 05 de setembro de 2024

-TERMO DE REFERÊNCIA-

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011826 /2024	ORGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde-SEMUS
OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Água Potável em carro pipa, que venham suprir as necessidades das Unidades de Saúde, Rede Hospitalar e demais Setores pertencentes à SEMUS, a qualquer momento inclusive aos sábados, domingos e feriados.	
TIPO: REGISTRO DE PREÇO	
VALOR ESTIMADO: R\$ 398.860,00	
SIGILOSO: NÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: 1,00
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço	QUANTIDADE DE ITENS: 01
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: GLOBAL	FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	
EXIGE AMOSTRA: SIM	EXIGE PROVA DE CONCEITO: NÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

- 1.1. O termo de referência em questão trata Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Água Potável em carro pipa, que venham suprir as necessidades das Unidades de Saúde, Rede Hospitalar e demais Setores pertencentes à SEMUS, a qualquer momento inclusive aos sábados, domingos e feriados.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

- 2.1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Água Potável em carro pipa através de processo licitatório, em razão do precário serviço pela rede pública, já que é comum prover água somente em dias alternados, ou seja, um com e outro sem água. Por outro lado, evitaria paralisações ocasionadas por panes na rede pública de abastecimento, gerada pela quebra da adutora e o tempo necessários para seu reparo, visando manter as Unidades de Saúde e Setores Administrativos pertencentes à SEMUS continuamente abastecidos.

2.2. MOTIVAÇÃO:

2.2.1. RAZÕES DE DIREITO:

- 2.2.1.1. Tendo em vista as atribuições legais desta Secretaria Municipal de Saúde que consiste em ser a responsável pela programação, análise, execução e atualização das Políticas Públicas de Saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde, além da articulação e coordenação de projetos e campanhas no âmbito municipal

2.2.2. RAZÕES DE FATO:

- 2.2.2.1. A presente contratação é indispensável na área de saúde, tendo em vista que visa garantir aos usuários e funcionários das Unidades de Saúde e dos Setores Administrativos da Semus melhores condições de salubridade e higiene;
- 2.2.2.2. Sendo assim, a terceirização dos referidos serviços tem sido o meio mais adequado para garantir o

fornecimento água potável através de caminhão-pipa, com fins imediato de atender as necessidades das unidades de saúde e administrativas localizadas no Polo de São Luís, considerando que a interrupção do fornecimento de água potável compromete as atividades essenciais das unidades de saúde e administrativas, impossibilitando a permanência e utilização das dependências, por funcionários e demais usuários;

2.3. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:

2.3.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2024 – 2129, ID PCA PNCP: 0630710200130-0-000017/2024, ID do item no PCA: 07; Classe/Grupo: 403 – Fornecimento de Água Potável em Caminhão Pipa, disponível eletronicamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, demonstrando-se, assim, o seu alinhamento com o planejamento da Administração, nos termos do inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados de sua assinatura prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021;
- 3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado;
- 3.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;
- 3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo
- 3.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;
- 3.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 4.1. Sobre a adoção do SRP, o art. 27 do Decreto Municipal nº 60.157/202, dispõe o seguinte:
- 4.1.1. Art 27. O SRP será adotado preferencialmente quando;
 - I- pelas características do objeto, houver necessidade de contratações frequentes;
 - II- for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
 - III- for conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
 - IV- pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 4.1.2. Considerando que ainda não foi possível a definição do quantitativo real demandado e que os serviços de Água Potável em carro pipa precisam ser entregues de forma parcelada, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar, restaria configurada a subsunção do art. 27, II e IV do Decreto Municipal nº 60.157/2024;
- 4.1.3. Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.
- 4.2. Em razão da natureza do objeto, torna-se inviável a indicação de quantidade mínima a ser cotada, nos termos do art. 82, II, Da lei nº 14.11/2021. Por conta disso, não há possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao total previsto neste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM TODO:

5.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Água Potável em carro pipa predomina dois principais tipos de soluções, conforme segue detalhamentos;

Solução 1: prestação de serviços de Água Potável em carro pipa de 08 (oito) e 16 (dezesseis) metros cúbicos;

Descrição: Este tipo de aquisição engloba os serviços de fornecimento de água potável através de caminhões-pipa com capacidade similar a capacidade média dos reservatórios das Unidades de Saúde, Rede Hospitalar e demais Setores pertencentes à SEMUS, por causa disso, tem fácil adequação a utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.

Solução 2: prestação de serviços de Água Potável em carro pipa acima de 16 (dezesseis) metros cúbicos;

Descrição: O segundo tipo de aquisição oferecida pelo mercado de fornecimento de água mediante caminhões pipa possui capacidade demasiada, o que pode gerar retrabalhos e desperdícios nos trâmites de recepção e

adequação a capacidade estabelecida.

5.2. Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes:

- 5.2.1. Ao apreciar as soluções, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1;
 - 5.2.2. A solução escolhida atende às determinações legais, reduz a possibilidade de desperdícios por não adequação ao volume dos reservatórios das Unidades de Saúde, Rede Hospitalar e demais Setores pertencentes à SEMUS;
 - 5.2.3. Ressaltamos que tal opção ponderou outras metodologias de contratações de instituições externas e avaliou-se que o modelo 1 que melhor se adapta a nossa realidade;
 - 5.2.4. Por fim, deve-se registrar que o modelo proposto também se adequa às cobranças atuais dos órgãos de controle, com o quantitativo de serviços prestados, uma vez que o Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.
- 5.3. Essa contratação visa a prestação de serviços de Água Potável em carro pipa para o abastecimento em caráter complementar nas instalações prediais das Unidades de Saúde e Administrativo da SEMUS, sendo imprescindíveis para o atendimento das condições de higiene e saúde e resolução imediata de eventuais falhas no fornecimento desse serviço essencial;
- 5.4. Além disso, destaca-se que o fornecimento se dará de forma contínua, conforme a necessidade, visando minimizar os custos desnecessários, bem como garantir que a Administração tenha a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis, na forma autorizada pelo art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021;

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. SUSTENTABILIDADE:

- 6.1.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Água Potável em carro pipa, que venham suprir as necessidades das Unidades de Saúde, Rede Hospitalar e demais Setores pertencentes à SEMUS, os impactos ambientais podem ser considerados insignificantes, considerando a adoção por parte da Contratada, de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, bem como, o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental e capacidade técnica e operacional da empresa.
- 6.1.2. O produto (ÁGUA Potável) solicitado deverá seguir estritamente as características: tanque de inox, com condutividade menor que 100 uS Físicas e organolépticas: parâmetro aceitáveis. Cor aparente: Incolor, Turvação: Ausente, Sabor: Insípido, Odor: Inodoro, Microbiológicos: parâmetros aceitáveis. Coliformes totais: Ausente;
- 6.1.3. A contratação de água potável, deverá seguir todos os parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radiativos e atender a todos os padrões de potabilidade e que, se não forem rigorosamente cumpridos, poderão oferecer riscos à saúde daqueles que a utilizam;
- 6.1.4. No ato da entrega do produto (ÁGUA POTÁVEL) nas Unidades de Saúde e Setores Administrativos contemplados executar o teste de Potabilidade, caso o produto não apresente: 1ª qualidade e características sensoriais (cor, odor, sabor) que estejam de acordo com teste, o produto não será aceito. Cabendo ao fornecedor uma nova entrega, que atenda ao especificado no objeto;
- 6.1.5. Estabelecer as referências laboratoriais nos padrões estabelecidos na portaria 2914/2011 MS/ANVISA de acordo com as normas estabelecidas pela SUVISA através do laudo técnico expedido pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão (LACEM - MA) para dar suporte às ações de vigilância de qualidade da água a ser fornecida;
- 6.1.6. Garantir à população informações sobre a qualidade da água e riscos à saúde associado, conforme determinações técnicas da ANVISA;
- 6.1.7. Operar e manter sistema de abastecimento de água potável, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis publicadas pela ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas e com outras normas e legislações pertinentes;
- 6.1.8. A CONTRATADA deverá apresentar veículo em perfeitas condições técnicas de utilização para o transporte de água tratada, com motorista, combustível e manutenção preventiva e corretiva de acordo com a legislação pertinente, onde deverão abastecer em todo e qualquer reservatório (suspensão ou ao nível do solo) considerando a NR10 (NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores);
- 6.1.9. A empresa deverá apresentar Alvará de autorização Sanitária Municipal ou Estadual emitido pelos respectivos

órgãos competentes, comprovando que a licitante está apta a fornecer o produto (ÁGUA POTÁVEL) do objeto;

- 6.1.10. A comprovação de Licença Ambiental emitida pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade;
- 6.1.11. Certificado ou Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, dentro do prazo de validade;
- 6.1.12. A comprovação de Licença Ambiental emitida pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade;
- 6.1.13. Certificado ou Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, dentro do prazo de validade;
- 6.1.14. Comprovação de Outorga de Água emitida pelo órgão competente, dentro do prazo de validade;
- 6.1.15. A empresa deverá apresentar no ato do abastecimento Alvará Sanitário municipal ou estadual e possuir autorização individual de cada veículo utilizado no transporte da água potável emitido pelos órgãos competentes.

6.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

- 6.2.1. No ato da entrega do produto (ÁGUA POTÁVEL) nas Unidades de Saúde e Setores Administrativos contemplados executar o teste de Potabilidade, caso o produto não apresente: 1ª qualidade e características sensoriais (cor, odor, sabor) que estejam de acordo com teste, o produto não será aceito. Cabendo ao fornecedor uma nova entrega, que atenda ao especificado no objeto;
- 6.2.2. Estabelecer as referências laboratoriais nos padrões estabelecidos na portaria 2914/2011 MS/ANVISA de acordo com as normas estabelecidas pela SUVISA através do laudo técnico expedido pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão (LACEM - MA) para dar suporte às ações de vigilância de qualidade da água a ser fornecida

6.3. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDAREIDADE:

- 6.3.1. Não será exigida carta de solidariedade.

6.4. CONSÓRCIO:

- 6.4.1. Não é admitida a participação de consórcios, considerando que a vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade;
- 6.4.2. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame;
- 6.4.3. Não há elementos que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o ETP não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio;
- 6.4.4. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

6.5. SUBCONTRATAÇÃO:

- 6.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

- 6.6.1. Não haverá exigência da garantia de execução, prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista não se tratar de serviços que envolva riscos de grande vulto na contratação.

6.7. VISTORIA:

- 6.7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, as Licitantes PODERÃO realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, para fazer todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, para não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.
- 6.7.2. As visitas somente serão possíveis em companhia de um servidor (a) do órgão, com o objetivo de analisar os locais onde serão prestados os serviços, para conhecimento de peculiaridades, das condições e do grau de dificuldade existentes, que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelas Licitantes;
- 6.7.3. As Licitantes poderão agendar previamente a visita técnica por e-mail csgsemus@gmail.com Realizada a Visita/Vistoria, o setor responsável do órgão emitirá o atestado de Vistoria, contendo textualmente o seguinte: Que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as

informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação;

- 6.7.4. Caso não haja possibilidade de concluir a visita e vistoria técnica no mesmo dia, será continuada no dia seguinte, exceto quando for o último dia antecedente a licitação;
- 6.7.5. Caso a Licitante opte por não realizar a visita/vistoria no(s) local(is), firmará declaração na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço do presente Termo de Referência;
- 6.7.6. Toda e qualquer despesa com a visita e vistoria, incluindo locomoção entre os locais dos serviços, ocorrerá por conta da licitante interessada;
- 6.7.7. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública
- 6.7.8. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

- 7.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica;
 - 7.1.1.1. Início da execução do objeto: 02 (duas) horas após abertura da ordem de serviços, encaminhado via e-mail para empresa contratada ou chamadas via telefone (grupo whatsapp);
- 7.2. Local e horário da prestação de serviços: A prestação dos serviços será na Unidades de Saúde, Rede Hospitalar e demais Setores Administrativos pertencentes à SEMUS, a qualquer momento inclusive aos sábados, domingos e feriados, devendo o atendimento ser efetivado até 02 (duas) horas após solicitação da Secretaria de Saúde;
- 7.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
 - 7.3.1. O produto (ÁGUA Potável) solicitado deverá seguir estritamente as características: tanque de inox, com condutividade menor que 100 uS Físicas e organolépticas: parâmetro aceitáveis. Cor aparente: Incolor, Turvação: Ausente, Sabor: Insípido, Odor: Inodoro, Microbiológicos: parâmetros aceitáveis. Coliformes totais: Ausente;
 - 7.3.2. A contratação de água potável, deverá seguir todos os parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radiativos e atender a todos os padrões de potabilidade e que, se não forem rigorosamente cumpridos, poderão oferecer riscos à saúde daqueles que a utilizam;
 - 7.3.3. No ato da entrega do produto (ÁGUA POTÁVEL) nas Unidades de Saúde e Setores Administrativos contemplados executar o teste de Potabilidade, caso o produto não apresente: 1ª qualidade e características sensoriais (cor, odor, sabor) que estejam de acordo com teste, o produto não será aceito. Cabendo ao fornecedor uma nova entrega, que atenda ao especificado no objeto;
 - 7.3.4. Estabelecer as referências laboratoriais nos padrões estabelecidos na portaria 2914/2011 MS/ANVISA de acordo com as normas estabelecidas pela SUVISA através do laudo técnico expedido pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão (LACEM - MA) para dar suporte às ações de vigilância de qualidade da água a ser fornecida

7.4. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

- 7.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar veículo em perfeitas condições técnicas de utilização para o transporte de água tratada, com motorista, combustível e manutenção preventiva e corretiva de acordo com a legislação pertinente, onde deverão abastecer em todo e qualquer reservatório (suspensão ou ao nível do solo) considerando a NR10 (NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores;

7.5. GARANTIA DO SERVIÇOS:

- 7.5.1. O prazo de garantia contratual do objeto, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.6.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- .6.1.1. Responsabilizar-se pela realização do Serviço, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- .6.1.2. Realizar o Serviço dentro do prazo estipulado;
- .6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- .6.1.4. Levar imediatamente ao conhecimento a CONTRATANTE, por escrito, qualquer fato extraordinário e/ou anormal que ocorra durante o cumprimento do Contrato para que possam ser imediatamente adotadas as medidas cabíveis;
- .6.1.5. O retardamento na execução do Serviço, não justificado considerar-se-á como infração contratual;
- .6.1.6. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao Serviço dos bens objeto deste Termo;
- .6.1.7. Cumprir todas as orientações do gestor do Contrato, exceto as que infringirem normas legais;
- .6.1.8. Permitir o acompanhamento dos serviços por técnicos designados pela CONTRATANTE;
- .6.1.9. Cumprir diretamente o Contrato, ficando expressamente vedada a subcontratação de outra empresa para este fim;
- .6.1.10. Responsabilizar-se por danos causados diretamente a qualquer bem da CONTRATANTE e/ou de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários, encarregados e/ou prepostos durante a execução dos serviços ou em função dos mesmos ou, ainda, por ação de terceiros, cuja conduta danosa ou lesiva à CONTRATANTE deveria evitar
- .6.1.11. Indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato
- .6.1.12. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- .6.1.13. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- .6.1.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- .6.1.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- .6.1.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- .6.1.17. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021
- .6.1.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- .6.1.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

- 6.1.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 6.1.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual;
- 6.1.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 6.1.23. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.1.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 6.1.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 6.1.26. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 6.1.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.1.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 6.1.29. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações previstas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 6.1.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 6.1.31. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;
- 6.1.32. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.1.33. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 6.1.34. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 7.7.1. São obrigações do Contratante. Além das constantes todas as obrigações contidas deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos:
 - 7.7.1.1. Assegurar às pessoas credenciadas para a realização dos serviços livre acesso ao local onde irão desempenhar suas atribuições;
 - 7.7.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução;
 - 7.7.1.3. Prestar esclarecimentos sobre circunstâncias em que sejam observadas irregularidades;
 - 7.7.1.4. Sustar a prestação de qualquer serviço quando verificada irregularidade na qualidade de sua prestação e determinar a sua adequação;
 - 7.7.1.5. Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre a aplicação de multas, penalidades e/ou

quaisquer débitos de sua responsabilidade;

- 7.7.1.6. Atestar os documentos fiscais pertinentes quando comprovada a entrega do objeto ou a prestação do serviço, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos deste Estudo Técnico Preliminar;
- 7.7.1.7. Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente executados, desde que não haja alteração ou pendências a serem atendidas. O retardamento da liquidação da Nota Fiscal de serviços em razão de fatos de responsabilidades da CONTRATADA não ensejará atualização financeira dos valores correspondentes às Notas Fiscais pagas em atraso;
- 7.7.1.8. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas atividades, observadas as disposições do presente Estudo Técnico Preliminar, estabelecendo normas e procedimentos de acesso às instalações;
- 7.7.1.9. Realizar a análise permanente na documentação geradora da fatura, podendo solicitar reversão, retificação e ainda realizar glosas parciais e/ou totais em auditoria
- 7.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;
- 7.1.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.12. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.13. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;
- 7.1.14. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.15. Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.16. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 7.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021);
- 7.1.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 1.17.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;
- 1.17.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;;
- 1.17.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 1.17.5. demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação
- 1.17.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada;
- 7.1.18. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;
- 7.1.19. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.20. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.1.21. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 7.1.22. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.1.23. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

7.8. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- 7.8.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
- 7.8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

- 7.8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 7.8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;
- 7.8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- 7.8.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- 7.8.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;
- 7.8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- 7.8.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- 7.8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;
- 7.8.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;
- 7.8.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;
- 7.8.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

8.6. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO:

- 8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

8.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA:

- 8.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 8.7.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

- 8.7.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 8.7.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção
- 8.7.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 8.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.7.7. O setor responsável comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

- 8.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 8.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 8.8.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. GESTÃO DE CONTRATO:

- 8.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 8.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 8.9.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 8.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 8.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 8.9.6. O setor responsável comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 8.9.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 8.9.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

8.10. PREPOSTO:

- 8.10.1. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços,

indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

9.1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:
- 9.1.2. não produzir os resultados acordados
- 9.1.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou;
- 9.1.4. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. RECEBIMENTO DO OBJETO:

- 9.2.1. A entrega deverá ocorrer conforme solicitação da administração:
 - 9.2.1.1. A simples entrega do (s) produto (s) objeto (s) da autorização/solicitação não implica na sua aceitação definitiva, que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo corpo Técnico da SEMUS, logo serão recebidos:
 - a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada;
 - b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constante do Edital e proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 10 (dez) dias do recebimento provisório;
 - 9.2.1.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais;
 - 9.2.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
 - 9.2.1.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto no instrumento de cobrança;
 - 9.2.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2.2. LIQUIDAÇÃO:

- 9.2.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período;
- 9.2.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis
- 9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante
- 9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. PRAZO DE PAGAMENTO

- 9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento;
- 9.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data de efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula;

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$EM = I \times N \times VP$

$I = (6/100)$

365

9.4. FORMA DE PAGAMENTO:

- 9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada;
- 9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 9.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 9.4.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 10.1. Será adotado o critério de MENOR PREÇO para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento;
- 10.2. O objeto a ser adquirido enquadra-se no conceito de bem comum, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de PREGÃO ELETRÔNICO;
- 10.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da contratada, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor;
- 10.4. Será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**;

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

11. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

11.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

- 11.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 11.1.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 11.1.3. A adoção de índices constitui instrumento relevante para a verificação da capacidade dos proponentes de cumprir as obrigações decorrentes do contrato a ser celebrado como resultado de licitação pública e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos compromissos de média e longa duração, inclusive aqueles firmados em Ata de Registro de Preços visando contratações futuras;
- 11.1.4. Para a presente licitação, em específico, verificou-se que os três índices econômicos, adiante relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam, uma vez que;
- 1.1.4.1. O Índice de Liquidez Corrente (LC) mede a capacidade da empresa de honrar suas obrigações de curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. O índice menor do que 1 (um) demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa;
- 1.1.4.2. O Índice de Liquidez Geral (LG) mede a capacidade da empresa de honrar todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo, relacionando tudo que se converte em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. O índice menor do que 1 (um) demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas, o que pode comprometer a continuidade das atividades, especialmente no longo prazo, bem como a prestação de serviços em contratos de longa duração;
- 1.1.4.3. O Índice de Solvência Geral (SG) mede o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos totais, para pagamento do total de suas dívidas. Para o índice colacionado, o resultado maior que 1 (um) demonstra que a empresa é solvente, comprovando uma boa situação, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa;
- 11.1.5. Desse modo, deverá ser exigido dos licitantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial;
- 11.1.6. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 1.1.6.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- 11.1.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante;
- 11.1.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação;
- 11.1.9. A não apresentação de memória de cálculo não leva à inabilitação do licitante;
- 11.1.10. Publicados As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da

habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

- 1.1.11. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº. 14.133, de 2021, art. 69, § 6º);
- 1.1.12. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- 1.1.13. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentadas;
 - a) em Diário Oficial ou;
 - b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
 - d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19 de fevereiro de 2021, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento
- 1.1.14. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB vigente.

11.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 11.2.1. A empresa participante que apresentar a menor proposta deverá apresentar para fins de HABILITAÇÃO, todas as documentações. A não apresentação de quaisquer documentos ou a apresentação de documentos em desconformidade ao estabelecido no presente Termo de Referência acarretará na inabilitação da proposta;
- 11.2.2. A empresa participante deve possuir as atribuições necessárias compatíveis com o objeto da licitação, no caso em tela é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de abastecimentos de água potável em carro pipa;
- 11.2.3. Para serem considerados aptos a comprovação de capacidade técnico-operacional, o(s) atestado(s) deverá(ão) fazer menção a um quantitativo mínimo de 50% compatível com a complexidade técnica e operacional do objeto, dos lotes em que a empresa participante for concorrer, num período não inferior a 3 (três) anos;
- 11.2.4. Os atestados deverão conter de forma clara o prazo contratual, com a data do início e do fim da prestação dos serviços, local da prestação do serviço, o objeto do contrato, efetivo contratado e o Serviço de material;
- 11.2.5. A empresa participante deverá possuir, 01 (um) responsável técnico, com formação compatível com o objeto da contratação e detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Acervo Técnico, compatíveis com os serviços previstos neste Termo de Referência;
- 11.2.6. O responsável técnico deverá pertencer ao quadro técnico da empresa, sendo tal natureza comprovada através da apresentação de um dos itens: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Contrato Social (quando tratar-se de dirigente ou sócio da empresa) ou Declaração de Disponibilidade Futura como comprovação do vínculo com a empresa, Contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado em cartório de títulos e documentos;
- 11.2.7. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- 11.2.8. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;
- 11.2.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- 11.2.10. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 12.1. As Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

12.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções;

- I) Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV) Multa:

- a. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
 - b. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - b.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021
 - c. compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **05 DIAS ÚTEIS**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - d) os danos que dela provierem para o contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle
- 12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
- 12.11. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

- 12.12. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;
- 12.14. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 13.1. O Custo estimado total da contratação é de R\$ 398.860,00 (trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e sessenta reais), conforme composição de custos no Apendice II.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SEMUS;
- 14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade:
 - II) Fonte de Recursos:
 - III) Programa de Trabalho:
 - IV) Elemento de Despesa:
 - V) Plano Interno:
- 14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária Municipal e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DOS APENDICES:

- 15.1. Integra este termo de referência;
APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária

ELABORADOR:

Fábio Henrique Martins Feitosa
Assistente Técnico de Nível Superior
Mat: 63.628

CIENTE:

Diego de Jesus Abreu Mota
Coordenador de Compras e Registro
Mat: 48.111

Aprovação:

Considerando todas as informações dispostas no presente documento, APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA, conforme estabelece a legislação vigente.

ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

APÊNDICE I

PLANILHA DESCRITIVA E ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANT M³	FIRMA 1	FIRMA 2	BANCO DE PREÇOS	PREÇO FINAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Água Potável através de carro pipa, para atender as demandas das Unidades de Saúde e Unidades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde.	17299	7.000	MS EMPREENHIMENTOS E CIA LTDA	RSEVICOM LTDA			
				Valor Unitário R\$	Valor Unitário R\$	Valor Unitário R\$		
				45,00	42,50	83,44	56,98	398.960,00

Logado por: Fabio Henrique Martins Feitosa , E-mail: fabio.h.feitosa@gmail.com.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Fabio Henrique Martins Feitosa**, **Técnico de Nível Superior**, em 05/09/2024, às 15:15, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego De Jesus Abreu Mota**, **Coordenador**, em 05/09/2024, às 17:06, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Ana Carolina Marques Mitri Da Costa**, **Administrativo**, em 05/09/2024, às 17:42, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0012341** e o código CRC **BDF015DA**.